

Destino da mercadoria é incerto

Brasília — O Governo não terá como recolocar tão cedo no mercado as 5.700 toneladas do leite em pó contaminado, importado da Europa e retido no Rio e São Paulo por liminar da Justiça paulista. Este volume não inclui a importação feita pela iniciativa privada, apenas o estoque em poder da Cobal nos dois estados. “As criancinhas brasileiras ficarão prejudicadas nesse período, mas a Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços) nada pode fazer”, disse o secretário-adjunto do órgão para Preços Agrícolas, Carlos Henrique Moraes.

O recolhimento do produto, feito basicamente em São Paulo, irá influir na distribuição do leite reconstituído (leite em pó importado, mais água e manteiga, com 2% de gordura). Segundo Moraes, 40% deste leite é produzido com o leite em pó importado da Comunidade Econômica Européia (CEE). O governo também não sabe o que vai acontecer com as 10 mil toneladas de leite que chegarão ainda este mês nos portos brasileiros.

Para o secretário, o leite americano também será testado e, se forem adotados os mesmos critérios da análise feita no produto que já está retido, o risco de novo recolhimento “não está descartado”. Isto porque, segundo afirmou, “não existe índice zero de contaminação”. Moraes anunciou que nos próximos dias, os conselhos Interministerial de Abastecimento (Cinab) e Nacional e Energia Nuclear (CNEC) irão se reunir para apresentar sua defesa contra o deferimento, feito pelo presidente do Tribunal Federal de Recursos (TFR), ministro Lauro Lei-

ção, apresentado à liminar concedida pela juíza de São Paulo, Ana Maria Scartezini.

O leite reconstituído com leite em pó custa Cz\$ 3,20. De acordo com Carlos Henrique Moraes, o Brasil não produziu em 86 um único quilo do leite em pó e o teor de contaminação do produto importado já está sendo examinado pelos órgãos competentes. O assunto só será levado à Justiça pelo governo em fevereiro, quando terminarão as férias forenses.

Cerca de 100 mil toneladas de leite em pó deverão entrar no mercado brasileiro em fevereiro. A importação foi autorizada pelo Ministério da Fazenda para garantir a regularidade do abastecimento do produto em todo o país, informou o secretário-adjunto da SEAP, José Bonifácio de Souza Amaral Junior.

O produto será adquirido pelo governo através da Interbrás (estatal que opera com importação e exportação de alimentos) e iniciativa privada, com prazo para internalização até o fim de novembro deste ano. Isto significa que, a cada mês, a produção interna de leite terá um reforço mensal de cerca de 10 mil toneladas do produto importado. As guias para importação já estão sendo emitidas pela Cacex, declarou a economista da SEAP, Maria Elisa Benetton.

Estudos da SEAP mostram que as compras externas do leite em pó deverão ser inferiores às do ano passado, que atingiram 192 mil toneladas, mesmo que o governo volte a autorizar novas importações este ano.